



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS** para a **prestação de serviços laboratoriais de confecção e fornecimento personalizado de Prótese Dentária Total Superior e Inferior para atender os usuários do serviço de odontologia da rede SUS do Município de Juiz de Fora**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: **das 17h do dia 26/06/2023, às 8h50 do dia 07/07/2023;**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **às 9h do dia 07/07/2023**, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, horário de Brasília - DF.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados na SSLICOM, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 11:30 e de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2023/index.php. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (32) 3690-8188/8187.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS Processo Eletrônico nº 2.895/2023

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, pelo **modo de disputa aberto**, com a finalidade de selecionar propostas para **REGISTRAR PREÇOS**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Lei Municipal nº 13.830/2019, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº 13.892/2020, Decreto Municipal nº 14.168/2020, Lei Municipal nº 14.159/2021, Decreto Municipal nº 15.610/2022 e demais legislações aplicáveis..

I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária objetivando o Registro de Preços para **a prestação de serviços laboratoriais de confecção e fornecimento personalizado de Prótese Dentária Total Superior e Inferior para atender os usuários do serviço de odontologia da rede SUS do Município de Juiz de Fora**, conforme condições descritas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade e as solicitações da Secretaria da Saúde.

1.2. A prestação dos serviços laboratoriais de confecção de Prótese Dentária Total Superior e Inferior deverá estar em conformidade com a Portaria GM/MS nº 599/2006, a Portaria GM/MS nº 2.373/2009, a Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e atender à Resolução SES nº 1.883/2009, que aprova o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento de Estabelecimentos de Prótese Odontológica no estado de Minas Gerais e dá outras providências, ou as que vierem substituí-las.

1.3. Descrição do objeto: Características do item e quantitativo

Descrição do item	Unidade de medida	Faixa de produção Mensal
Prótese Dentária Total Superior (PTS) ou Inferior (PTI). Qualidade mínima dos materiais a serem utilizados: <ul style="list-style-type: none">os dentes artificiais utilizados deverão possuir prensagens múltiplas (no mínimo 2 camadas) e cumprir rigorosamente as especificações das normas ADA e ISO 22112:2005, além de seguirem a cor, tamanho e qualidade necessários a uma boa estética, não sofrer com alteração de cor e forma na ingestão de alimentos quentes e/ou frios, com a opção mínima das cores 61, 62, 65, 66, 67, 69, 77 e 81;as resinas deverão apresentar alto peso molecular, gengiva normal ou caracterizada, rosa ou incolor e	UNIDADE	Entre 20 e 50 próteses/mês. *sendo no mínimo 20 unidades de próteses ao mês, cumprido a meta mínima do Ministério da Saúde referida Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, para que o município não



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

possuir pelo menos um dos seguintes recursos tecnológicos: PMMA com cadeias poliméricas interpenetradas (IPN- Interpenetrating Polymer Network) ou DCL (Dupla ligação cruzada) ou MRP (Poliacrílico Reforçado por Micropartículas).	sofra o descredenciamento pelo Ministério da Saúde.
---	---

1.4. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto deste edital, como todos os insumos necessários e pertinentes a fase laboratorial, despesas com transporte, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

1.5. Ressalta-se que a quantidade de procedimentos é estimada e que a empresa adjudicatária deverá atender a demanda existente, de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora, portanto, poderão ocorrer variações nos quantitativos mensais em conformidade com a demanda atendida nas unidades de serviço odontológico do SUS de Juiz de Fora.

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº

Emendas Parlamentares:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 1.500.00.9904.

Resolução SES/MG 7. 915 de 09 de dezembro de 2021:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 2.621.00.0000.

Recurso Ministério da Saúde

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 1.600.00.9616.

III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal de Compras Públicas, acessando o seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal.

3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. A Administradora do Pregão Eletrônico conjuntamente com a SSLICOM darão sequência ao processo de Pregão.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. É vedada a participação de interessados:

4.1.1. que tenham sido declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito para licitar ou contratar com a Administração Pública;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.1.2. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora-MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

4.1.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.1.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.1.6. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.1.7. que estejam reunidas em consórcio;

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica. Como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, consignou-se a vedação acima.

Note-se que "...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que "...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável..." pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VI - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca, quando for o caso;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.4. E-mail para fins de comunicação com o proponente.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.2.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.2.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

6.2.4. Os preços unitários ofertados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

VII – DA HABILITAÇÃO

7.1. Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica.

7.2. **Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:**

7.2.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.4. Declaração de que a proponente não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme **Anexo V**:

7.2.4.1. Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.2.4.2. Que não está impedido de transacionar com a Administração Pública;

7.2.4.3. Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

7.2.4.4. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

7.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

7.2.5. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme **Anexo IV**.

7.2.6. Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme **Anexo III**.

7.2.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.2.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar declaração de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo II**.

7.3. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

7.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

7.3.4.2. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.3.4.2.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

7.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.3.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.3.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

7.4. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

7.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

7.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.



7.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis que apresentem valores do último exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou; e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

7.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 7.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

7.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo exigível a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)
ILG maior ou igual a 1(um).

7.4.2.1. O item 7.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

7.4.2.2. As empresas que apresentarem resultado menor do que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos acima, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da contratação, previsto no parágrafo 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, através do Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº



6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, e/ou através da última alteração contratual devidamente registrada na Junta Comercial, ou em órgão regulador, em data anterior à licitação.

7.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

7.4.3.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

7.4.3.2. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

7.5. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.5.2. Alvará Sanitário atualizado.

7.5.3. Declaração formal de disponibilidade de recursos humanos, materiais e equipamentos, necessários ao cumprimento do objeto desta licitação.

7.5.4. Registro ou inscrição do Laboratório de Prótese no respectivo Conselho Regional de Odontologia (CROMG) e apresentação do Certificado de Regularidade Técnica atualizado.

7.5.5. Registro ou inscrição no CROMG do Responsável Técnico (Técnico em Prótese Dentária e/ou Cirurgião-dentista) do Laboratório de Prótese.

7.5.6. Documento que comprove a inscrição ativa do Laboratório de Prótese no CNES.

7.6. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

7.7. A documentação, na fase pertinente, será examinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3 e 7.4.1**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.9. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

7.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

7.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

7.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

7.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com o especificado no **Anexo VII**.



- 8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo pregoeiro.
- 8.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.19.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.20.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.23.1. no país;

8.23.2. por empresas brasileiras;

8.23.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.25. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.25.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 10 do art. 25 do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no Edital, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

X – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

XI – DO RECURSO

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, o Pregoeiro fixará o prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is)



decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **exclusivamente em campo próprio do sistema.**

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XII – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

XIII – DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

13.1.1. A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame,

13.2. Homologado o resultado da licitação, a Administração deverá encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, por intermédio do e-mail informado em sua proposta, para que, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data desta convocação, seja o referido instrumento assinado e devolvido via postal, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste



Edital. Se assim houver interesse, poderá o adjudicatário comparecer pessoalmente à subsecretaria para assinatura.

13.2.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento da Ata de Registro encaminhada para o e-mail informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento de e-mails, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.

13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

XIV - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1. A contratada deverá estar disponível para a prestação do serviço à Secretaria Municipal de Saúde a partir do momento da assinatura do contrato.

14.2. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratada que deverá fornecer toda estrutura, recursos materiais e humanos próprios necessários à execução da fase laboratorial das próteses conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela contratante, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens.

14.3. Ao iniciar o contrato, a Contratada deverá apresentar a relação dos profissionais da equipe técnica que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem habilitação na área em questão, por meio de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade reguladora da profissão.

14.4. Os profissionais somente poderão iniciar suas atividades após terem seus nomes aprovados pelo Departamento de Saúde Bucal da Subsecretaria de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde (DSB/SSAS/SS) da Prefeitura de Juiz de Fora.

14.5. Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, a relação dos profissionais da equipe técnica deverá ser atualizada e encaminhada ao DSB/SSAS/SS, atendendo a todas as condições estipuladas neste termo.

14.6. A execução dos serviços prestados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.

14.7. A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CROMG e que atendam aos requisitos deste instrumento.

14.8. A contratada deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde ou Comissão designada para tal atividade, apresentando de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados.



14.9. Os prestadores deverão repetir a realização do procedimento sem cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver necessidade identificada pelo servidor designado para recebimento das próteses pelo Departamento de Saúde Bucal.

14.10. A qualidade técnica das Próteses Dentárias, o cadastro do Laboratório de Prótese Dentária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e o registro dos procedimentos laboratoriais no Sistema de Informatização Ambulatorial do SUS deverão estar em conformidade com as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e do Manual de Reabilitação Odontológica Protética no SUS/MG ou os que vierem substituí-los.

14.11. A contratada deve estar cadastrada no Sistema De Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde (SCNES) da seguinte forma:

14.11.1. Caso caracterize-se como estabelecimento isolado, deve ser cadastrado com o tipo de estabelecimento: 39 - Unidade de Saúde de Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT (estabelecimento 39), subtipo: 03 - Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD e com Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 - Laboratório Regional de Prótese Dentária.

14.11.2. Caso o estabelecimento não seja isolado, deve ter em seu cadastro do SCNES, Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 -Laboratório Regional de Prótese Dentária.

14.11.3. Deverá possuir, no mínimo, um profissional com o CBO: 3224-10 – Protético Dentário e/ou CBO: 2232 – Cirurgião-Dentista (qualquer CBO dentro desta família), ambos com carga horária ambulatorial no SUS.

14.12. Registro Mensal da Produção Laboratorial no SIA-SUS:

14.12.1. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pela contratada por meio do instrumento de registro: Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I). O sistema utilizado para o processamento da produção é o Sistema de Informação Ambulatorial SIA - SUS do Ministério da Saúde. O arquivo da produção mensal deverá ser entregue de acordo com as seguintes orientações: a contratada deverá enviar o arquivo de exportação do BPA-I por e-mail para a Subsecretaria de Regulação da SS/PJF (producaosiajf@gmail.com), com cópia para o Departamento de Saúde Bucal (saudebucal@pjf.mg.gov.br), sempre respeitando o cronograma da Subsecretaria de Regulação da SS/PJF e do Ministério da Saúde.

14.12.2. Os códigos e as descrições dos procedimentos a serem registrados no SIA /SUS são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
07.01.07.012-9	Prótese Total Mandibular
07.01.07.013-7	Prótese Total Maxilar

14.12.3. O BPA-I necessita das seguintes informações do usuário: nome, data de nascimento, sexo, raça, número do Cartão Nacional de Saúde do SUS (CNS), endereço completo com CEP, data do atendimento.

14.12.4. A contratada receberá as informações necessárias ao registro da produção no SIA – SUS quando a Prótese Total for concluída, ou seja, entregues ao usuário com adaptação adequada.



14.12.5. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção no SIA/SUS conforme cronograma estabelecido pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJJ.

14.13. Ordem de Serviço

14.13.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora. A solicitação dos serviços contratados se dará por meio de ORDEM DE SERVIÇO, emitida pela contratante. O modelo da Ordem de Serviço será disponibilizado à contratada pelo Departamento de Saúde Bucal após a assinatura do contrato. Nessa Ordem de Serviço deverá constar, minimamente, para a identificação das peças protéticas: nome e data de nascimento dos usuários; se é Prótese Total Inferior ou Superior; data da moldagem inicial e da entrega da Prótese ao usuário; nome, número de inscrição do CROMG, assinatura e carimbo do profissional que realizou a moldagem.

14.13.2. Os serviços serão realizados mediante uma programação mensal que será acertada entre o Departamento de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde e a contratada, respeitadas as condições peculiares dos serviços de saúde do SUS de Juiz de Fora, devendo cada lote de próteses ser objeto de Ordem de Serviço específica.

14.13.3. Os serviços realizados serão contabilizados a cada 30 (trinta) dias contados da data do início do contrato. Para efeito de contabilização, a contagem será por lote de próteses dentárias concluídas durante o mês de referência.

14.13.4. As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, a primeira via ficará com a contratada e a segunda via com o Município.

14.13.5. A Ordem de Serviço deverá conter a assinatura do cirurgião-dentista atestando que as Próteses Totais desse lote foram concluídas, ou seja, entregues ao usuário e com adaptação adequada.

14.13.6. As Ordens de Serviço deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

14.14. O endereço para retirada e entrega das próteses dentárias é: Centro de Especialidades Odontológicas Centro, situado à rua Marechal Deodoro, nº 496, 5º andar, Centro, CEP 36013001, correndo por conta da contratada as despesas de transporte, seguros, tributos e encargos correntes do fornecimento.

14.15. De acordo com as necessidades e condições estruturais da Prefeitura de Juiz de Fora, o local poderá ser alterado, cabendo a contratante informar a contratada com 15 (quinze) dias de antecedência.

14.16. A contratada deverá entregar o lote de peças protéticas já prontas para instalação no usuário, no prazo máximo de **25 (vinte e cinco dias) dias corridos**, após recolhimento da moldagem inicial. Para correções e ajustes finais, o prestador terá **05 (cinco) dias úteis** para a devolução das próteses corrigidas ao Município.

14.17. A contratante rejeitará, em qualquer etapa da confecção, as próteses que estejam com especificações diferentes das constantes no contrato e sem atender às exigências de qualidade e segurança da Secretaria Municipal de Saúde, devendo sua substituição ocorrer no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.



XV - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

15.1. O acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

15.2. A SS atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à licitante vencedora.

15.4. A prestação definitiva do serviço deste Termo de Referência somente se efetivará com a atestação no item anterior.

XVI – DO CONTRATO

16.1. A Administração Pública tem a faculdade de formalizar termo contratual, a partir e durante a vigência da ata de registro de preços, nos termos preceituados pela legislação específica, podendo substituí-lo por outros documentos hábeis, na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

16.2. O contrato formalizado regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

16.3. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

16.4. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

16.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, admitida a prorrogação, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas e leis pertinentes.

16.6. Do reajuste do contrato:

16.6.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

16.6.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

16.6.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

16.6.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.



XVII - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

17.1. DA UNIDADE REQUISITANTE:

17.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

17.1.2. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do Termo de Referência.

17.1.3. Programar os procedimentos de próteses dentárias na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme faixa de produção mensal credenciada pelo município com o Ministério da Saúde.

17.1.4. Proporcionar condições à contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

17.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à perfeita execução do contrato.

17.1.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

17.1.7. Atestar notas fiscais/faturas referentes à efetiva execução do objeto deste instrumento.

17.1.8. Caberá à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, acompanhar o usuário em todas as etapas clínicas relativas ao processo de fornecimento da prótese.

17.1.9. Realizar as moldagens inicial e funcional na quantidade que se fizer necessária para garantir a qualidade do trabalho, mantendo-as em condições ideais para serem retiradas pela contratada no dia definido na Unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem das próteses dentárias.

17.1.10. Avisar a contratada o horário para recolhimento das moldagens, o que poderá ser efetuado por telefone, e-mail ou outro meio disponível, dirigido à contratada e assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da contratada, devidamente identificado com crachás, ao local do serviço odontológico do SUS, para o recolhimento das moldagens e entrega das próteses confeccionadas.

17.1.11. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

17.1.12. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

17.1.13. A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada o(s) servidor(es) autorizados a emitir as Ordens de Serviço, que fiscalizarão o serviço prestado, ou seja, a confecção das próteses dentárias e/ou suas etapas de confecção.

17.1.14. Ao servidor responsável pelo recebimento das próteses, caberá conferir o objeto e lavrar Termo de Recebimento Provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo.

17.1.15. O servidor responsável deverá conferir as peças protéticas que foram entregues, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a contratada para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor responsável não poderá aceitá-lo e lavrará termo circunstanciado do fato.



17.1.16. Permanecendo as irregularidades apresentadas, a área técnica elaborará um relatório, que deverá ser encaminhado para a Auditoria para providências.

17.1.17. Remeter advertências por escrito à contratada quando o contrato não estiver sendo cumprido.

17.1.18. Aplicar à sociedade empresária contratada, quando for o caso, penalidades determinadas em legislação vigente, notificando-a por escrito.

17.2. DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTRATADA:

17.2.1. Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto da contratação, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante e obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.

17.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

17.2.3. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

17.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.

17.2.4.1. Não poderá haver qualquer distinção entre a qualidade de produção para o SUS dos demais produtos confeccionados pelo prestador.

17.2.5. Os procedimentos referentes ao acabamento e polimento final das Próteses podem ser requeridos mesmo após a instalação dos dispositivos na boca do paciente e devem ser atendidos sempre que solicitado pelo cirurgião-dentista responsável pela moldagem.

17.2.6. Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato.

17.2.6.1. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

17.2.7. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, o estabelecimento cadastrado no CNES conforme descrito no **item 14.11** deste termo e respeitar as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, ou a que vier substituí-la.

17.2.8. A contratada deverá atender, nos casos em que couber, a RDC nº 50/2002 e a Resolução SES/MG nº 1.883 de 25 de maio de 2009, ou os que vierem substituí-los. E as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes.

17.2.9. Os serviços deverão ser prestados nas dependências da contratada sendo responsabilidade da mesma, sem nenhum ônus adicional para o Município, o fornecimento de toda a mão de obra, insumos e equipamentos necessários para confecção das próteses dentárias, objeto da contratação.

17.2.10. A contratada deverá ser responsável pelo transporte/locomoção dos seus técnicos ou encarregados para a retirada e entrega de moldagens, modelos e peças protéticas durante todo o processo de confecção.



17.2.11. A contratada, durante a realização dos serviços deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de proteção e segurança individual (EPI).

17.2.12. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

17.2.13. Serão contabilizadas como próteses concluídas aquelas que apresentarem perfeita adaptação. Caso contrário, todas as etapas necessárias para confecção de nova peça protética estarão sob a responsabilidade da contratada.

17.2.14. Diante da impossibilidade de conclusão da prótese por motivos relacionados ao usuário, a mesma será considerada concluída pela contratante, nas seguintes condições: após 3 meses de abandono de tratamento do paciente; se a confecção da prótese estiver, pelo menos, na etapa laboratorial de montagem dos dentes em articulador; e for entregue na unidade solicitante.

17.2.15. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais.

17.2.16. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

17.2.17. Quanto ao pessoal, a contratada deverá executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal pertinente e vigente. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, por meio da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.

17.2.18. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria de Saúde.

17.2.19. A contratada deverá se responsabilizar também pelos impostos incidentes sobre os serviços prestados.

17.2.20. Os profissionais da contratada, quando estiverem nas dependências do SUS, deverão portar crachá de identificação.

17.2.21. A contratada deverá designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

17.2.22. A contratada deverá ter em seu quadro profissional Técnico em Prótese Dentária, devidamente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CROMG), cadastrado no CNES com o CBO 3224-10, com carga horária laboratorial no SUS, tendo as atribuições de executar a parte mecânica dos trabalhos odontológicos, tais como: reprodução de modelos; vazamento de moldes; montagem de modelos em articuladores; prensagem de peças protéticas; fundição e inclusão; confecção de moldeiras individuais; confecção, montagem, acabamento e polimento de peças protéticas.



17.2.23. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências de serviços do Município ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a estas ou a seus empregados.

17.2.24. A contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais é vedada a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, etc., consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos de saúde do SUS municipal e permanência nessas dependências fora do horário autorizado.

17.2.25. À contratada compete retirar as moldagens inicial e funcional na unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem do usuário, nas condições ideais para serem retiradas pela contratada, diariamente, duas vezes ao dia, conforme horário acertado com a gerência da unidade, a partir de solicitação, que poderá ser efetuada por telefone, e-mail ou outro meio disponível.

17.2.26. Durante todo o processo de produção e fornecimento das próteses, a contratada, fica proibida de prestar quaisquer assistência ao paciente, conforme Resolução do Conselho Federal de Odontologia nº 185/1993, art. 7º, § 2º, inciso I: “é vetado aos técnicos em prótese dentária: prestar sob qualquer forma, assistência direta a clientes”.

17.2.27. A contratada ficará sujeita à auditoria da Secretaria de Saúde durante a vigência do contrato.

17.2.28. A contratada deverá apresentar mensalmente ao Município, junto com o documento de cobrança, relatório de execução de serviço com planilha discriminando todos os serviços realizados no mês, seja a confecção da moldeira individual, seja a produção de próteses e eventual correção de próteses inadaptadas, carimbado pela gerência da Unidade de serviço odontológico do SUS.

17.2.29. Compete à contratada encaminhar mensalmente, via e-mail, à Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, o arquivo da produção laboratorial do SIA-SUS, conforme **item 14.12** deste termo.

17.2.30. O quantitativo mensal das Próteses Totais concluídas deverá ser apresentado para processamento no Sistema de Informação Ambulatorial do DATASUS para registro e aprovação, conforme cronograma estipulado pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme quantidade de próteses aprovada pelo Sistema.

17.3. GARANTIA DA PRÓTESE

17.3.1. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

17.3.2. O prestador deverá, obrigatoriamente, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, NO TODO OU EM PARTE, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados, dentro de um período de garantia de 06 (seis) meses.

17.3.3. A Secretaria de Saúde de Juiz de Fora não se responsabilizará por quaisquer defeitos que as próteses dentárias venham a apresentar, durante todas as etapas de sua realização pelo prestador, sendo obrigação do prestador a correção ou indenização por conta da execução do serviço defeituoso. As solicitações para



cumprimento desta garantia não gerarão novas Ordens de Serviço, devendo ser redigidas em papel avulso, mencionando o número da Ordem de Serviço correspondente.

XVIII – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

18.1. Pessoas jurídicas, contratadas pelo Município, seja por qualquer forma de ajuste, estarão sujeitas, garantida a prévia defesa, a receber, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na Lei nº 8.883/94, combinado ao disposto no parágrafo segundo do artigo 7º da Portaria nº 1.286/93 do Ministério da Saúde a:

18.1.1. Advertência escrita;

18.1.2. Multa de 2% até 5% do valor anual do contrato;

18.1.3. Multa dia de até 1/60 do valor mensal do contrato;

18.1.4. Suspensão temporária de solicitação aos procedimentos contratados;

18.1.5. Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;

18.1.6. Declaração de inidoneidade.

18.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula, após regular processo de apuração, dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria assistencial ou inspeção, e dela será notificada o Prestador de Serviço.

18.3. As sanções previstas no item **18.1** poderão ser aplicadas cumulativamente na forma do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

18.4. O valor da multa ou multa dia será descontado dos pagamentos devidos pelo Município ao Prestador de Serviço que poderá interpor recurso administrativo, dirigido à Secretaria de Saúde.

18.5. Será determinada a suspensão temporária dos encaminhamentos das moldagens de próteses até que a contratada corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

18.6. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito do Município exigir o ressarcimento integral dos prejuízos das perdas e danos, que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários, e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal, civil e ética do autor do fato.

18.7. Nos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios, a Secretaria de Saúde, através de seu órgão técnico, levantará o valor pecuniário pago a maior ou indevidamente, emitindo documento hábil que possibilitará o ressarcimento da quantia apurada, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.8. DA RESCISÃO:

18.8.1. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, poderá ser rescindido o contrato na forma estabelecida no art. 79 do mesmo diploma legal.

XIX – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

19.1. O preço total e o preço unitário deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, equivalentes ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.



19.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

19.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura (Lei nº 8.666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**

19.3.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em moeda corrente do país e entregue no setor administrativo do DSB/SSAS/SS.

19.3.2. Junto com a nota fiscal/fatura em 03 vias, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade com o FGTS e CND da Receita Federal e Trabalhista.

19.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata os **itens 19.3.1 e 19.3.2** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a SS autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

19.5. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

19.6. O pagamento será precedido de Relatório de planilha de execução de serviço assinada e atestada pelo Departamento de Saúde Bucal, conforme quantidade de procedimentos processada e aprovada pelo Sistema SIA/SUS/DATASUS. Somente após esse atesto, a nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser emitida.

19.7. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

19.8. Quando ocorrer a situação prevista no item **19.7**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

19.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

19.10. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

19.11. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

19.10. DA RETENÇÃO:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.10.1. O valor do ISS a ser retido sobre os serviços é de 5% (cinco por cento) nos termos da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local do estabelecimento prestador.

19.10.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJJ na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

XX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o proponente/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. cometer fraude fiscal;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O proponente/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

21.1. Decairá do direito de impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca dos termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data de início da sessão de disputa do Pregão, **por meio eletrônico**, devendo o Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou prestar os esclarecimentos no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento desta. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

21.1.1. A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

21.1.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois do início da sessão de disputa do Pregão, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

XXII – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

22.2. A realização do procedimento estará a cargo da **Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM** e da Administradora do Pregão Eletrônico, entidade contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

22.3. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

22.4. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

22.6. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.7. É facultado ao Pregoeiro a realização de diligências no curso do procedimento licitatório, bem como, sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, correções de caráter formal.

22.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas e documentos de habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

22.7.2. Obriga-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os documentos originais correspondentes em qualquer época que lhe forem solicitados.

22.7.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, em se tratando de amostra, na forma e prazo indicados pelo Pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

22.8. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.9. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.10. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.



22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

22.17. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo II - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo V – Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo.

Anexo VI – Minuta de Contrato.

Anexo VII – Termo de Referência e Valor Estimado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº /..... -
PROCESSO ELETRÔNICO nº/..... - PE nº/.....
VALIDADE: 12 (doze) meses

O Município de Juiz de Fora, por intermédio da, neste ato representada por seu(ua) Secretário(a), Sr.(a), e a sociedade empresária....., estabelecida na Rua/Avenida, nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, R.G. nº, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos do Art. 15 da lei Federal nº.8.666 de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº.8.883 de 09 de junho de 1994, Lei Federal nº.10.520/2002, Decreto Municipal nº 07962/2003, Decreto Municipal nº.13892/2020 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº/20.....**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio nº/20....., firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei nº.8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem como objetivo o registro de preços para futuras e eventuais contratações **para a**, conforme especificações constantes do Termo de Referência do Edital do Processo Licitatório nº/20....., Pregão Eletrônico nº/20....., para atender demanda da, doravante denominada **UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)**.

CLÁUSULA II – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os preços da empresa classificada em 1º lugar no certame licitatório encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato.

3.2. Nos termos do Art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Juiz de Fora não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, do objeto referido na cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à sociedade empresária detentora.



3.3. Os quantitativos mencionados na presente Ata de Registro de Preços são apenas para efeito de limites máximos. A UNIDADE REQUISITANTE reserva-se no direito de contratar as quantidades conforme sua necessidade durante o período de vigência da referida Ata.

3.4. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico n°...../20.....**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela assinatura do contrato entre o **FORNECEDOR** e a **UNIDADE REQUISITANTE** interessada.

4.2. O **FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços será obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta, mesmo que o término do contrato dele decorrente estiver previsto para data posterior à do seu vencimento.

4.3. Toda contratação deverá ser efetuada mediante solicitação da Unidade Requisitante interessada, a qual deverá ser feita mediante assinatura de documento hábil.

4.4. A cópia da Nota de Empenho ou outro de documento hábil deverá ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA V – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado à **UNIDADE GESTORA** e à **UNIDADE REQUISITANTE** seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **UNIDADE REQUISITANTE**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela **UNIDADE GESTORA** e **UNIDADE REQUISITANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **FORNECEDOR**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **UNIDADE GESTORA** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do **FORNECEDOR** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **UNIDADE GESTORA**, esta comunicará ao **FORNECEDOR** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **UNIDADE GESTORA** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo **FORNECEDOR** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula.

5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **UNIDADE GESTORA**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo **FORNECEDOR**,



independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **UNIDADE GESTORA**, mediante adoção de das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do **FORNECEDOR**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **UNIDADE GESTORA**.

CLÁUSULA VI - DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O preço registrado será suspenso nos seguintes casos:

- a) quando o **FORNECEDOR**, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o **FORNECEDOR**, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o **FORNECEDOR** tiver comunicado à Unidade Gestora em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

6.2. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

6.2.1. Pela UNIDADE GESTORA:

- a) quando o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências do Edital, salvo a hipótese de suspensão da letra “a” do subitem 6.1;
- b) quando o **FORNECEDOR** não formalizar a contratação decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, salvo se aceita sua justificativa;
- c) quando em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto contratado, decorrente do registro de preços, salvo a hipótese de suspensão da letra “b” do item 6.1;
- d) quando o **FORNECEDOR** não aceitar reduzir os preços registrados na hipótese em que esses se tornarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público;
- f) na hipótese de reincidência de fato que tenha dado origem à suspensão;
- g) se todos os preços forem cancelados, hipótese em que se revogará a presente Ata de Registro de Preços;
- h) quando o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do registro de preços;
- i) a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviços, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

6.2.2. Pelo FORNECEDOR

- a) mediante solicitação por escrito, antes de ser convocado por meio de instrumento hábil, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata;



b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

6.3. O cancelamento ou a suspensão, pela **UNIDADE GESTORA**, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita mediante correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de não localização do **FORNECEDOR**, a comunicação será feita mediante publicação no Órgão Oficial do Município por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir do prazo estipulado na publicação, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente.

6.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias úteis, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VII – DA AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO

7.1. A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Subsecretaria/Sistema de Registro de Preços, os quantitativos das contratações.

7.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial será, igualmente, autorizada pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA VIII - DAS COMUNICAÇÕES

8.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA IX – DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. O **FORNECEDOR**, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata de Registros de Preços e demais condições legais.

9.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas no Registro de Preços, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado em ata;



d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

9.3. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **9.2**, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

9.3.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **9.2**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

9.4. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da Ata, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

9.5. A aplicação de penalidades previstas para os casos de não execução do objeto, erro, imperfeição, atraso injustificado, inadimplemento e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Gestora da Ata, na pessoa da autoridade competente, nos termos do artigo 19 do Decreto Municipal nº 7.962/2003.

9.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.7. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pelo **FORNECEDOR**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

9.8. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **UNIDADE GESTORA** ao **FORNECEDOR**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do artigo 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida nesta Ata como de responsabilidade do **FORNECEDOR** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela Administração.

9.9. As multas e penalidades previstas nesta Ata não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime o **FORNECEDOR** da sua responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

9.10. Após a adjudicação do objeto, o **FORNECEDOR** será convocado a assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data da referida convocação feita pela Unidade Gestora da Ata, sob pena de aplicação das penalidades definidas pelo artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta Ata, o edital do **Pregão Eletrônico nº./20....**, seus anexos e a proposta da sociedade empresária _____ classificada em 1º lugar no certame supranumerado.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, pelo Decreto Municipal nº 13892/2020 no que não colidir com a primeira, Decreto nº 7.962/2003 e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por haverem assim pactuado e estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Juiz de Fora, ____ de _____ de 20.....

Secretário(a)

EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e
do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação
estabelecidos no presente Edital do **Pregão Eletrônico nº 041/2023**, assim como tem pleno conhecimento
do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A
.....

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a), brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº e Secretária, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº**/....., conforme consta do **processo** administrativo próprio nº/..... e Ata de Registro de Preços nº, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a **prestação de serviços laboratoriais de confecção e fornecimento personalizado de Prótese Dentária Total Superior e Inferior para atender os usuários do serviço de odontologia da rede SUS do Município de Juiz de Fora**, conforme Ata de Registro de Preços nº, e especificações do edital e anexos do **Pregão Eletrônico nº 041/2023**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade e as solicitações da Secretaria da Saúde.

1.2. A prestação dos serviços laboratoriais de confecção de Prótese Dentária Total Superior e Inferior deverá estar em conformidade com a Portaria GM/MS nº 599/2006, a Portaria GM/MS nº 2.373/2009, a Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e atender à Resolução SES nº 1.883/2009, que aprova o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento de Estabelecimentos de Prótese Odontológica no estado de Minas Gerais e dá outras providências, ou as que vierem substituí-las.

1.3. Descrição do objeto: Características do item e quantitativo

Descrição do item	Unidade de medida	Faixa de produção Mensal
Prótese Dentária Total Superior (PTS) ou Inferior (PTI). Qualidade mínima dos materiais a serem utilizados:		



<ul style="list-style-type: none"> os dentes artificiais utilizados deverão possuir prensagens múltiplas (no mínimo 2 camadas) e cumprir rigorosamente as especificações das normas ADA e ISO 22112:2005, além de seguirem a cor, tamanho e qualidade necessários a uma boa estética, não sofrer com alteração de cor e forma na ingestão de alimentos quentes e/ou frios, com a opção mínima das cores 61, 62, 65, 66, 67, 69, 77 e 81; as resinas deverão apresentar alto peso molecular, gengiva normal ou caracterizada, rosa ou incolor e possuir pelo menos um dos seguintes recursos tecnológicos: PMMA com cadeias poliméricas interpenetradas (IPN- Interpenetrating Polymer Network) ou DCL (Dupla ligação cruzada) ou MRP (Poliacrílico Reforçado por Micropartículas). 	<p>UNIDADE</p>	<p>Entre 20 e 50 próteses/mês.</p> <p>*sendo no mínimo 20 unidades de próteses ao mês, cumprido a meta mínima do Ministério da Saúde referida Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, para que o município não sofra o descredenciamento pelo Ministério da Saúde.</p>
--	----------------	---

1.4. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto deste edital, como todos os insumos necessários e pertinentes a fase laboratorial, despesas com transporte, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

1.5. Ressalta-se que a quantidade de procedimentos é estimada e que a empresa adjudicatária deverá atender a demanda existente, de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora, portanto, poderão ocorrer variações nos quantitativos mensais em conformidade com a demanda atendida nas unidades de serviço odontológico do SUS de Juiz de Fora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O presente contrato tem o valor global previsto de R\$ (.....), conforme preço registrado e quantitativos da Secretaria de Saúde, que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:

Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Valor total
			R\$	

2.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

2.3. O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura (Lei nº 8.666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

BANCO: **AGÊNCIA:** **CONTA CORRENTE:** **LOCALIDADE:**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

2.3.1. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em moeda corrente do país e entregue no setor administrativo do DSB/SSAS/SS.

2.3.2. Junto com a nota fiscal/fatura em 03 vias, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade com o FGTS e CND da Receita Federal e Trabalhista.

2.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata os **itens 2.3.1 e 2.3.2** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a SS autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

2.5. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

2.6. O pagamento será precedido de Relatório de planilha de execução de serviço assinada e atestada pelo Departamento de Saúde Bucal, conforme quantidade de procedimentos processada e aprovada pelo Sistema SIA/SUS/DATASUS. Somente após esse atesto, a nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser emitida.

2.7. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pelo fornecedor, por força da contratação.

2.8. Quando ocorrer a situação prevista no item **2.7**, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

2.9. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

2.10. O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

2.11. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

2.10. DA RETENÇÃO:

2.10.1. O valor do ISS a ser retido sobre os serviços é de 5% (cinco por cento) nos termos da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local do estabelecimento prestador.

2.10.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

2.11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.11.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº Emendas Parlamentares:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 1.500.00.9904.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Resolução SES/MG 7. 915 de 09 de dezembro de 2021:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 2.621.00.0000.

Recurso Ministério da Saúde

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000. Nat. Despesa: 33.90.39. Fonte: 1.600.00.9616.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO

3.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2. O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3. Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

3.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, admitida a prorrogação, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas e leis pertinentes.

3.5. Do reajuste do contrato:

3.5.1. O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.5.2. Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1. A contratada deverá estar disponível para a prestação do serviço à Secretaria Municipal de Saúde a partir do momento da assinatura do contrato.

4.2. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratada que deverá fornecer toda estrutura, recursos materiais e humanos próprios necessários à execução da fase laboratorial das próteses conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela contratante, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens.



- 4.3.** Ao iniciar o contrato, a Contratada deverá apresentar a relação dos profissionais da equipe técnica que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem habilitação na área em questão, por meio de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade reguladora da profissão.
- 4.4.** Os profissionais somente poderão iniciar suas atividades após terem seus nomes aprovados pelo Departamento de Saúde Bucal da Subsecretaria de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde (DSB/SSAS/SS) da Prefeitura de Juiz de Fora.
- 4.5.** Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, a relação dos profissionais da equipe técnica deverá ser atualizada e encaminhada ao DSB/SSAS/SS, atendendo a todas as condições estipuladas neste termo.
- 4.6.** A execução dos serviços prestados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 4.7.** A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CROMG e que atendam aos requisitos deste instrumento.
- 4.8.** A contratada deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde ou Comissão designada para tal atividade, apresentando de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados.
- 4.9.** Os prestadores deverão repetir a realização do procedimento sem cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver necessidade identificada pelo servidor designado para recebimento das próteses pelo Departamento de Saúde Bucal.
- 4.10.** A qualidade técnica das Próteses Dentárias, o cadastro do Laboratório de Prótese Dentária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e o registro dos procedimentos laboratoriais no Sistema de Informatização Ambulatorial do SUS deverão estar em conformidade com as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e do Manual de Reabilitação Odontológica Protética no SUS/MG ou os que vierem substituí-los.
- 4.11.** A contratada deve estar cadastrada no Sistema De Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde (SCNES) da seguinte forma:
- 4.11.1.** Caso caracterize-se como estabelecimento isolado, deve ser cadastrado com o tipo de estabelecimento: 39 - Unidade de Saúde de Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT (estabelecimento 39), subtipo: 03 - Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD e com Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 - Laboratório Regional de Prótese Dentária.
- 4.11.2.** Caso o estabelecimento não seja isolado, deve ter em seu cadastro do SCNES, Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 -Laboratório Regional de Prótese Dentária.
- 4.11.3.** Deverá possuir, no mínimo, um profissional com o CBO: 3224-10 – Protético Dentário e/ou CBO: 2232 – Cirurgião-Dentista (qualquer CBO dentro desta família), ambos com carga horária ambulatorial no SUS.



4.12. Registro Mensal da Produção Laboratorial no SIA-SUS:

4.12.1. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pela contratada por meio do instrumento de registro: Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I). O sistema utilizado para o processamento da produção é o Sistema de Informação Ambulatorial SIA - SUS do Ministério da Saúde. O arquivo da produção mensal deverá ser entregue de acordo com as seguintes orientações: a contratada deverá enviar o arquivo de exportação do BPA-I por e-mail para a Subsecretaria de Regulação da SS/PJF (producaosiajf@gmail.com), com cópia para o Departamento de Saúde Bucal (saudebucal@pjf.mg.gov.br), sempre respeitando o cronograma da Subsecretaria de Regulação da SS/PJF e do Ministério da Saúde.

4.12.2. Os códigos e as descrições dos procedimentos a serem registrados no SIA /SUS são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
07.01.07.012-9	Prótese Total Mandibular
07.01.07.013-7	Prótese Total Maxilar

4.12.3. O BPA-I necessita das seguintes informações do usuário: nome, data de nascimento, sexo, raça, número do Cartão Nacional de Saúde do SUS (CNS), endereço completo com CEP, data do atendimento.

4.12.4. A contratada receberá as informações necessárias ao registro da produção no SIA – SUS quando a Prótese Total for concluída, ou seja, entregues ao usuário com adaptação adequada.

4.12.5. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção no SIA/SUS conforme cronograma estabelecido pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF.

4.13. Ordem de Serviço

4.13.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora. A solicitação dos serviços contratados se dará por meio de ORDEM DE SERVIÇO, emitida pela contratante. O modelo da Ordem de Serviço será disponibilizado à contratada pelo Departamento de Saúde Bucal após a assinatura do contrato. Nessa Ordem de Serviço deverá constar, minimamente, para a identificação das peças protéticas: nome e data de nascimento dos usuários; se é Prótese Total Inferior ou Superior; data da moldagem inicial e da entrega da Prótese ao usuário; nome, número de inscrição do CROMG, assinatura e carimbo do profissional que realizou a moldagem.

4.13.2. Os serviços serão realizados mediante uma programação mensal que será acertada entre o Departamento de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde e a contratada, respeitadas as condições peculiares dos serviços de saúde do SUS de Juiz de Fora, devendo cada lote de próteses ser objeto de Ordem de Serviço específica.

4.13.3. Os serviços realizados serão contabilizados a cada 30 (trinta) dias contados da data do início do contrato. Para efeito de contabilização, a contagem será por lote de próteses dentárias concluídas durante o mês de referência.

4.13.4. As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, a primeira via ficará com a contratada e a segunda via com o Município.

4.13.5. A Ordem de Serviço deverá conter a assinatura do cirurgião-dentista atestando que as Próteses Totais desse lote foram concluídas, ou seja, entregues ao usuário e com adaptação adequada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.13.6. As Ordens de Serviço deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

4.14. O endereço para retirada e entrega das próteses dentárias é: Centro de Especialidades Odontológicas Centro, situado à rua Marechal Deodoro, nº 496, 5º andar, Centro, CEP 36013001, correndo por conta da contratada as despesas de transporte, seguros, tributos e encargos correntes do fornecimento.

4.15. De acordo com as necessidades e condições estruturais da Prefeitura de Juiz de Fora, o local poderá ser alterado, cabendo a contratante informar a contratada com 15 (quinze) dias de antecedência.

4.16. A contratada deverá entregar o lote de peças protéticas já prontas para instalação no usuário, no prazo máximo de **25 (vinte e cinco dias) dias corridos**, após recolhimento da moldagem inicial. Para correções e ajustes finais, o prestador terá **05 (cinco) dias úteis** para a devolução das próteses corrigidas ao Município.

4.17. A contratante rejeitará, em qualquer etapa da confecção, as próteses que estejam com especificações diferentes das constantes no contrato e sem atender às exigências de qualidade e segurança da Secretaria Municipal de Saúde, devendo sua substituição ocorrer no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

5.1. DA UNIDADE REQUISITANTE:

5.1.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

5.1.2. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do Termo de Referência.

5.1.3. Programar os procedimentos de próteses dentárias na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme faixa de produção mensal credenciada pelo município com o Ministério da Saúde.

5.1.4. Proporcionar condições à contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à perfeita execução do contrato.

5.1.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

5.1.7. Atestar notas fiscais/faturas referentes à efetiva execução do objeto deste instrumento.

5.1.8. Caberá à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, acompanhar o usuário em todas as etapas clínicas relativas ao processo de fornecimento da prótese.

5.1.9. Realizar as moldagens inicial e funcional na quantidade que se fizer necessária para garantir a qualidade do trabalho, mantendo-as em condições ideais para serem retiradas pela contratada no dia definido na Unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem das próteses dentárias.

5.1.10. Avisar a contratada o horário para recolhimento das moldagens, o que poderá ser efetuado por telefone, e-mail ou outro meio disponível, dirigido à contratada e assegurar, respeitadas suas normas



internas, o acesso do pessoal da contratada, devidamente identificado com crachás, ao local do serviço odontológico do SUS, para o recolhimento das moldagens e entrega das próteses confeccionadas.

5.1.11. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.

5.1.12. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

5.1.13. A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada o(s) servidor(es) autorizados a emitir as Ordens de Serviço, que fiscalizarão o serviço prestado, ou seja, a confecção das próteses dentárias e/ou suas etapas de confecção.

5.1.14. Ao servidor responsável pelo recebimento das próteses, caberá conferir o objeto e lavrar Termo de Recebimento Provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo.

5.1.15. O servidor responsável deverá conferir as peças protéticas que foram entregues, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a contratada para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor responsável não poderá aceitá-lo e lavrará termo circunstanciado do fato.

5.1.16. Permanecendo as irregularidades apresentadas, a área técnica elaborará um relatório, que deverá ser encaminhado para a Auditoria para providências.

5.1.17. Remeter advertências por escrito à contratada quando o contrato não estiver sendo cumprido.

5.1.18. Aplicar à sociedade empresária contratada, quando for o caso, penalidades determinadas em legislação vigente, notificando-a por escrito.

5.2. DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTRATADA:

5.2.1. Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto da contratação, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante e obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.

5.2.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.

5.2.3. Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.

5.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.

5.2.4.1. Não poderá haver qualquer distinção entre a qualidade de produção para o SUS dos demais produtos confeccionados pelo prestador.

5.2.5. Os procedimentos referentes ao acabamento e polimento final das Próteses podem ser requeridos mesmo após a instalação dos dispositivos na boca do paciente e devem ser atendidos sempre que solicitado pelo cirurgião-dentista responsável pela moldagem.

5.2.6. Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato.



5.2.6.1. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

5.2.7. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, o estabelecimento cadastrado no CNES conforme descrito no **item 4.11** deste termo e respeitar as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, ou a que vier substituí-la.

5.2.8. A contratada deverá atender, nos casos em que couber, a RDC nº 50/2002 e a Resolução SES/MG nº 1.883 de 25 de maio de 2009, ou os que vierem substituí-los. E as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes.

5.2.9. Os serviços deverão ser prestados nas dependências da contratada sendo responsabilidade da mesma, sem nenhum ônus adicional para o Município, o fornecimento de toda a mão de obra, insumos e equipamentos necessários para confecção das próteses dentárias, objeto da contratação.

5.2.10. A contratada deverá ser responsável pelo transporte/locomoção dos seus técnicos ou encarregados para a retirada e entrega de moldagens, modelos e peças protéticas durante todo o processo de confecção.

5.2.11. A contratada, durante a realização dos serviços deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de proteção e segurança individual (EPI).

5.2.12. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.

5.2.13. Serão contabilizadas como próteses concluídas aquelas que apresentarem perfeita adaptação. Caso contrário, todas as etapas necessárias para confecção de nova peça protética estarão sob a responsabilidade da contratada.

5.2.14. Diante da impossibilidade de conclusão da prótese por motivos relacionados ao usuário, a mesma será considerada concluída pela contratante, nas seguintes condições: após 3 meses de abandono de tratamento do paciente; se a confecção da prótese estiver, pelo menos, na etapa laboratorial de montagem dos dentes em articulador; e for entregue na unidade solicitante.

5.2.15. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais.

5.2.16. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.

5.2.17. Quanto ao pessoal, a contratada deverá executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal pertinente e vigente. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, por meio da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.

5.2.18. Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais



resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria de Saúde.

5.2.19. A contratada deverá se responsabilizar também pelos impostos incidentes sobre os serviços prestados.

5.2.20. Os profissionais da contratada, quando estiverem nas dependências do SUS, deverão portar crachá de identificação.

5.2.21. A contratada deverá designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.

5.2.22. A contratada deverá ter em seu quadro profissional Técnico em Prótese Dentária, devidamente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CROMG), cadastrado no CNES com o CBO 3224-10, com carga horária laboratorial no SUS, tendo as atribuições de executar a parte mecânica dos trabalhos odontológicos, tais como: reprodução de modelos; vazamento de moldes; montagem de modelos em articuladores; prensagem de peças protéticas; fundição e inclusão; confecção de moldeiras individuais; confecção, montagem, acabamento e polimento de peças protéticas.

5.2.23. A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências de serviços do Município ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a estas ou a seus empregados.

5.2.24. A contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais é vedada a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, etc., consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos de saúde do SUS municipal e permanência nessas dependências fora do horário autorizado.

5.2.25. À contratada compete retirar as moldagens inicial e funcional na unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem do usuário, nas condições ideais para serem retiradas pela contratada, diariamente, duas vezes ao dia, conforme horário acertado com a gerência da unidade, a partir de solicitação, que poderá ser efetuada por telefone, e-mail ou outro meio disponível.

5.2.26. Durante todo o processo de produção e fornecimento das próteses, a contratada, fica proibida de prestar quaisquer assistência ao paciente, conforme Resolução do Conselho Federal de Odontologia nº 185/1993, art. 7º, § 2º, inciso I: “é vetado aos técnicos em prótese dentária: prestar sob qualquer forma, assistência direta a clientes”.

5.2.27. A contratada ficará sujeita à auditoria da Secretaria de Saúde durante a vigência do contrato.

5.2.28. A contratada deverá apresentar mensalmente ao Município, junto com o documento de cobrança, relatório de execução de serviço com planilha discriminando todos os serviços realizados no mês, seja a confecção da moldeira individual, seja a produção de próteses e eventual correção de próteses inadaptadas, carimbado pela gerência da Unidade de serviço odontológico do SUS.

5.2.29. Compete à contratada encaminhar mensalmente, via e-mail, à Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, o arquivo da produção laboratorial do SIA-SUS, conforme **item 4.12** deste termo.



5.2.30. O quantitativo mensal das Protéses Totais concluídas deverá ser apresentado para processamento no Sistema de Informação Ambulatorial do DATASUS para registro e aprovação, conforme cronograma estipulado pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme quantidade de próteses aprovada pelo Sistema.

5.3. GARANTIA DA PRÓTESE

5.3.1. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

5.3.2. O prestador deverá, obrigatoriamente, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, NO TODO OU EM PARTE, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados, dentro de um período de garantia de 06 (seis) meses.

5.3.3. A Secretaria de Saúde de Juiz de Fora não se responsabilizará por quaisquer defeitos que as próteses dentárias venham a apresentar, durante todas as etapas de sua realização pelo prestador, sendo obrigação do prestador a correção ou indenização por conta da execução do serviço defeituoso. As solicitações para cumprimento desta garantia não gerarão novas Ordens de Serviço, devendo ser redigidas em papel avulso, mencionando o número da Ordem de Serviço correspondente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E RESCISÃO

6.1. Pessoas jurídicas, contratadas pelo Município, seja por qualquer forma de ajuste, estarão sujeitas, garantida a prévia defesa, a receber, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na Lei nº 8.883/94, combinado ao disposto no parágrafo segundo do artigo 7º da Portaria nº 1.286/93 do Ministério da Saúde a:

6.1.1. Advertência escrita;

6.1.2. Multa de 2% até 5% do valor anual do contrato;

6.1.3. Multa dia de até 1/60 do valor mensal do contrato;

6.1.4. Suspensão temporária de solicitação aos procedimentos contratados;

6.1.5. Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;

6.1.6. Declaração de inidoneidade.

6.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula, após regular processo de apuração, dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria assistencial ou inspeção, e dela será notificada o Prestador de Serviço.

6.3. As sanções previstas no item 6.1 poderão ser aplicadas cumulativamente na forma do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

6.4. O valor da multa ou multa dia será descontado dos pagamentos devidos pelo Município ao Prestador de Serviço que poderá interpor recurso administrativo, dirigido à Secretaria de Saúde.

6.5. Será determinada a suspensão temporária dos encaminhamentos das moldagens de próteses até que a contratada corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.6. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito do Município exigir o ressarcimento integral dos prejuízos das perdas e danos, que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários, e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal, civil e ética do autor do fato.

6.7. Nos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios, a Secretaria de Saúde, através de seu órgão técnico, levantará o valor pecuniário pago a maior ou indevidamente, emitindo documento hábil que possibilitará o ressarcimento da quantia apurada, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

6.8. DA RESCISÃO:

6.8.1. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, poderá ser rescindido o contrato na forma estabelecida no art. 79 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. O acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

7.2. A SS atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à licitante vencedora.

7.4. A prestação definitiva do serviço deste Termo de Referência somente se efetivará com a atestação no item anterior.

CLÁUSULA OITAVA DA CESSÃO

8.1. Havendo incontestável e justificado interesse público e autorização prévia e expressa da Prefeitura, o Contrato poderá ser cedido ou transferido parcialmente.

8.1.1. A cessão do contrato poderá ocorrer independentemente da fase em que se encontrar a execução do objeto contratado, desde que o pretense cessionário tenha participado e tenha sido habilitado na licitação. Serão convocadas as empresas por ordem de classificação obtida na licitação.

8.2. A subcontratação poderá ocorrer após autorização prévia e expressa da Prefeitura, em parte do contrato, assumindo a contratada, completa responsabilidade pela atuação dos subcontratados, que não terão qualquer vínculo com a Prefeitura.

8.3. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CLÁUSULA NONA
DAS COMUNICAÇÕES**

9.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 041/2023 - SS
Processo Eletrônico nº 2.895/2023

ANEXO VII - TERMO DE REFERÊNCIA E ORÇAMENTO ESTIMADO

1. ENTE REQUISITANTE:

1.1. Departamento de Saúde Bucal da Subsecretaria de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Juiz de Fora.

2. DO OBJETO:

2.1. Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para a **prestação de serviços laboratoriais de confecção e fornecimento personalizado de Prótese Dentária Total Superior e Inferior para atender os usuários do serviço de odontologia da rede SUS do Município de Juiz de Fora**, conforme especificações deste Termo de Referência.

2.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade e as solicitações da Secretaria da Saúde.

2.2. A prestação dos serviços laboratoriais de confecção de Prótese Dentária Total Superior e Inferior deverá estar em conformidade com a Portaria GM/MS nº 599/2006, a Portaria GM/MS nº 2.373/2009, a Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e atender à Resolução SES nº 1.883/2009, que aprova o Regulamento Técnico que estabelece condições para a instalação e funcionamento de Estabelecimentos de Prótese Odontológica no estado de Minas Gerais e dá outras providências, ou as que vierem substituí-las.

2.3. Descrição do objeto: Características do item e quantitativo

Descrição do item	Unidade de medida	Faixa de produção Mensal
Prótese Dentária Total Superior (PTS) ou Inferior (PTI). Qualidade mínima dos materiais a serem utilizados: <ul style="list-style-type: none">os dentes artificiais utilizados deverão possuir prensagens múltiplas (no mínimo 2 camadas) e cumprir rigorosamente as especificações das normas ADA e ISO 22112:2005, além de seguirem a cor, tamanho e qualidade necessários a uma boa estética, não sofrer com alteração de cor e forma na ingestão de alimentos quentes e/ou frios, com a opção mínima das cores 61, 62, 65, 66, 67, 69, 77 e 81;as resinas deverão apresentar alto peso molecular, gengiva normal ou caracterizada, rosa ou incolor e possuir pelo menos um dos seguintes recursos tecnológicos: PMMA com cadeias poliméricas interpenetradas (IPN- Interpenetrating Polymer Network) ou DCL (Dupla ligação cruzada) ou MRP (Poliacrílico Reforçado por Micropartículas).	UNIDADE	Entre 20 e 50 próteses/mês. *sendo no mínimo 20 unidades de próteses ao mês, cumprido a meta mínima do Ministério da Saúde referida Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, para que o município não sofra o descredenciamento pelo Ministério da Saúde.



2.4. No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto deste edital, como todos os insumos necessários e pertinentes a fase laboratorial, despesas com transporte, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

2.5. Ressalta-se que a quantidade de procedimentos é estimada e que a empresa adjudicatária deverá atender a demanda existente, de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora, portanto, poderão ocorrer variações nos quantitativos mensais em conformidade com a demanda atendida nas unidades de serviço odontológico do SUS de Juiz de Fora.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. Considerando que a Política Nacional de Saúde Bucal “Brasil Sorridente” tem promovido a reorganização das práticas e da Rede de Atenção à Saúde, ampliando e qualificando o acesso aos serviços de Atenção Básica e Especializada em Saúde Bucal, através da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), pautando-se nos princípios e diretrizes do SUS.

3.2. Considerando que os LRPDs visam a reabilitação oral através das próteses dentárias para restabelecer as funções estéticas, fonéticas e mastigatórias.

3.3. Considerando a Lei nº 8.080 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços de saúde.

3.4. Considerando a Portaria nº 599/GM/MS de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para a implantação de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.

3.5. Considerando a Portaria nº 2.373 de 7 de outubro de 2009 que altera a redação da Portaria nº 599/GM de 23 de março de 2006.

3.6. Considerando a Portaria nº 1.825 de 24 de agosto de 2012 que altera e atualiza o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos LRPDs.

3.7. Considerando a ausência do cargo de Técnico de Prótese Dentária no quadro de servidores municipais e da ausência de oferta de serviço laboratorial de Prótese Dentária na rede SUS de Juiz de Fora que impossibilitam a produção de próteses odontológicas na rede SUS e ferem o acesso integral às ações de saúde bucal.

3.8. Considerando os seguintes dados apresentados do último levantamento epidemiológico SB Minas Gerais de 2012 nos quais 57,2% dos adultos e 67,7% dos idosos possuíam necessidade de algum tipo de prótese dentária, sendo a maior demanda dos idosos (30,1%) para a prótese total dupla.

3.9. Considerando a grande necessidade de reabilitação oral dos munícipes de Juiz de Fora e a relevância de restabelecer as funções estéticas, fonéticas e mastigatórias dos indivíduos através da instalação de Próteses Dentárias, a Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora DECIDE realizar Processo Licitatório com SRP para contratação de um Laboratório de Prótese Dentária com o fim de prestar os serviços de confecção de próteses dentárias à Rede SUS do município de Juiz de Fora.



4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 4.1.** A contratada deverá estar disponível para a prestação do serviço à Secretaria Municipal de Saúde a partir do momento da assinatura do contrato.
- 4.2.** Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratada que deverá fornecer toda estrutura, recursos materiais e humanos próprios necessários à execução da fase laboratorial das próteses conforme o nível de complexidade para o atendimento da demanda encaminhada pela contratante, durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida a inexecução do objeto do contrato por falta de quaisquer destes itens.
- 4.3.** Ao iniciar o contrato, a Contratada deverá apresentar a relação dos profissionais da equipe técnica que atuarão no serviço com as respectivas comprovações de que possuem habilitação na área em questão, por meio de certificado emitido pelos órgãos competentes, bem como, o comprovante de que esses profissionais estão em situação regular com a entidade reguladora da profissão.
- 4.4.** Os profissionais somente poderão iniciar suas atividades após terem seus nomes aprovados pelo Departamento de Saúde Bucal da Subsecretaria de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde (DSB/SSAS/SS) da Prefeitura de Juiz de Fora.
- 4.5.** Se no decorrer do contrato houver acréscimo ou substituição de profissional, a relação dos profissionais da equipe técnica deverá ser atualizada e encaminhada ao DSB/SSAS/SS, atendendo a todas as condições estipuladas neste termo.
- 4.6.** A execução dos serviços prestados deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência.
- 4.7.** A qualquer tempo, o município poderá fiscalizar e solicitar as comprovações de que os funcionários da empresa possuem situação regular perante o INSS, FGTS e CROMG e que atendam aos requisitos deste instrumento.
- 4.8.** A contratada deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde ou Comissão designada para tal atividade, apresentando de imediato, materiais, documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados.
- 4.9.** Os prestadores deverão repetir a realização do procedimento sem cobrança ou qualquer custo adicional sempre que houver necessidade identificada pelo servidor designado para recebimento das próteses pelo Departamento de Saúde Bucal.
- 4.10.** A qualidade técnica das Próteses Dentárias, o cadastro do Laboratório de Prótese Dentária no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde e o registro dos procedimentos laboratoriais no Sistema de Informatização Ambulatorial do SUS deverão estar em conformidade com as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS e do Manual de Reabilitação Odontológica Protética no SUS/MG ou os que vierem substituí-los.
- 4.11.** A contratada deve estar cadastrada no Sistema De Cadastro Nacional De Estabelecimentos De Saúde (SCNES) da seguinte forma:



4.11.1. Caso caracterize-se como estabelecimento isolado, deve ser cadastrado com o tipo de estabelecimento: 39 - Unidade de Saúde de Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT (estabelecimento 39), subtipo: 03 - Laboratório Regional de Prótese Dentária – LRPD e com Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 - Laboratório Regional de Prótese Dentária.

4.11.2. Caso o estabelecimento não seja isolado, deve ter em seu cadastro do SCNES, Serviço Especializado: 157 – Serviço de Laboratório de Prótese Dentária e Classificação: 001 -Laboratório Regional de Prótese Dentária.

4.11.3. Deverá possuir, no mínimo, um profissional com o CBO: 3224-10 – Protético Dentário e/ou CBO: 2232 – Cirurgião-Dentista (qualquer CBO dentro desta família), ambos com carga horária ambulatorial no SUS.

4.12. Registro Mensal da Produção Laboratorial no SIA-SUS:

4.12.1. A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente pela contratada por meio do instrumento de registro: Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado (BPA-I). O sistema utilizado para o processamento da produção é o Sistema de Informação Ambulatorial SIA - SUS do Ministério da Saúde. O arquivo da produção mensal deverá ser entregue de acordo com as seguintes orientações: a contratada deverá enviar o arquivo de exportação do BPA-I por e-mail para a Subsecretaria de Regulação da SS/PJF (producaosiajf@gmail.com), com cópia para o Departamento de Saúde Bucal (saudebucal@pjf.mg.gov.br), sempre respeitando o cronograma da Subsecretaria de Regulação da SS/PJF e do Ministério da Saúde.

4.12.2. Os códigos e as descrições dos procedimentos a serem registrados no SIA /SUS são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
07.01.07.012-9	Prótese Total Mandibular
07.01.07.013-7	Prótese Total Maxilar

4.12.3. O BPA-I necessita das seguintes informações do usuário: nome, data de nascimento, sexo, raça, número do Cartão Nacional de Saúde do SUS (CNS), endereço completo com CEP, data do atendimento.

4.12.4. A contratada receberá as informações necessárias ao registro da produção no SIA – SUS quando a Prótese Total for concluída, ou seja, entregues ao usuário com adaptação adequada.

4.12.5. Os pagamentos estão condicionados à apresentação e processamento da produção no SIA/SUS conforme cronograma estabelecido pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF.

4.13. Ordem de Serviço

4.13.1. O serviço deverá ser executado de acordo com as solicitações do SUS/Juiz de Fora. A solicitação dos serviços contratados se dará por meio de ORDEM DE SERVIÇO, emitida pela contratante. O modelo da Ordem de Serviço será disponibilizado à contratada pelo Departamento de Saúde Bucal após a assinatura do contrato. Nessa Ordem de Serviço deverá constar, minimamente, para a identificação das peças protéticas: nome e data de nascimento dos usuários; se é Prótese Total Inferior ou Superior; data da moldagem inicial e da entrega da Prótese ao usuário; nome, número de inscrição do CROMG, assinatura e carimbo do profissional que realizou a moldagem.



4.13.2. Os serviços serão realizados mediante uma programação mensal que será acertada entre o Departamento de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde e a contratada, respeitadas as condições peculiares dos serviços de saúde do SUS de Juiz de Fora, devendo cada lote de próteses ser objeto de Ordem de Serviço específica.

4.13.3. Os serviços realizados serão contabilizados a cada 30 (trinta) dias contados da data do início do contrato. Para efeito de contabilização, a contagem será por lote de próteses dentárias concluídas durante o mês de referência.

4.13.4. As Ordens de Serviço serão emitidas em duas vias, a primeira via ficará com a contratada e a segunda via com o Município.

4.13.5. A Ordem de Serviço deverá conter a assinatura do cirurgião-dentista atestando que as Próteses Totais desse lote foram concluídas, ou seja, entregues ao usuário e com adaptação adequada.

4.13.6. As Ordens de Serviço deverão ser arquivadas pelo prestador de serviços, em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo, para fins de controle, avaliação e auditoria.

4.14. O endereço para retirada e entrega das próteses dentárias é: Centro de Especialidades Odontológicas Centro, situado à rua Marechal Deodoro, nº 496, 5º andar, Centro, CEP 36013001, correndo por conta da contratada as despesas de transporte, seguros, tributos e encargos correntes do fornecimento.

4.15. De acordo com as necessidades e condições estruturais da Prefeitura de Juiz de Fora, o local poderá ser alterado, cabendo a contratante informar a contratada com 15 (quinze) dias de antecedência.

4.16. A contratada deverá entregar o lote de peças protéticas já prontas para instalação no usuário, no prazo máximo de **25 (vinte e cinco dias) dias corridos**, após recolhimento da moldagem inicial. Para correções e ajustes finais, o prestador terá **05 (cinco) dias úteis** para a devolução das próteses corrigidas ao Município.

4.17. A contratante rejeitará, em qualquer etapa da confecção, as próteses que estejam com especificações diferentes das constantes no contrato e sem atender às exigências de qualidade e segurança da Secretaria Municipal de Saúde, devendo sua substituição ocorrer no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado.

5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA UNIDADE REQUISITANTE:

5.1. Requisitar, por meio do setor pertinente, a execução dos serviços, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

5.2. Impedir que terceiros prestem os serviços objeto do Termo de Referência.

5.3. Programar os procedimentos de próteses dentárias na Ficha de Programação Orçamentária (FPO), conforme faixa de produção mensal credenciada pelo município com o Ministério da Saúde.

5.4. Proporcionar condições à contratada para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

5.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à perfeita execução do contrato.

5.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.



- 5.7. Atestar notas fiscais/faturas referentes à efetiva execução do objeto deste instrumento.
- 5.8. Caberá à Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, acompanhar o usuário em todas as etapas clínicas relativas ao processo de fornecimento da prótese.
- 5.9. Realizar as moldagens inicial e funcional na quantidade que se fizer necessária para garantir a qualidade do trabalho, mantendo-as em condições ideais para serem retiradas pela contratada no dia definido na Unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem das próteses dentárias.
- 5.10. Avisar a contratada o horário para recolhimento das moldagens, o que poderá ser efetuado por telefone, e-mail ou outro meio disponível, dirigido à contratada e assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da contratada, devidamente identificado com crachás, ao local do serviço odontológico do SUS, para o recolhimento das moldagens e entrega das próteses confeccionadas.
- 5.11. Conferir se o serviço executado e entregue está de acordo com o inicialmente proposto, embora a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços nas condições especificadas.
- 5.12. Comunicar a contratada qualquer irregularidade na execução dos serviços e interromper imediatamente a execução, se for o caso.
- 5.13. A autoridade gestora da despesa credenciará junto à contratada o(s) servidor(es) autorizados a emitir as Ordens de Serviço, que fiscalizarão o serviço prestado, ou seja, a confecção das próteses dentárias e/ou suas etapas de confecção.
- 5.14. Ao servidor responsável pelo recebimento das próteses, caberá conferir o objeto e lavrar Termo de Recebimento Provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo.
- 5.15. O servidor responsável deverá conferir as peças protéticas que foram entregues, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a contratada para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o servidor responsável não poderá aceitá-lo e lavrará termo circunstanciado do fato.
- 5.16. Permanecendo as irregularidades apresentadas, a área técnica elaborará um relatório, que deverá ser encaminhado para a Auditoria para providências.
- 5.17. Remeter advertências por escrito à contratada quando o contrato não estiver sendo cumprido.
- 5.18. Aplicar à sociedade empresária contratada, quando for o caso, penalidades determinadas em legislação vigente, notificando-a por escrito.

6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA CONTRATADA:

- 6.1. Executar, pelo preço contratado, os serviços objeto da contratação, segundo as necessidades e requisições da Unidade requisitante e obedecendo rigorosamente os prazos e as condições estabelecidas.
- 6.2. Responsabilizar-se integralmente pela execução, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Unidade Requisitante.



- 6.3.** Executar o objeto no prazo estabelecido, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido.
- 6.4.** Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados.
- 6.4.1.** Não poderá haver qualquer distinção entre a qualidade de produção para o SUS dos demais produtos confeccionados pelo prestador.
- 6.5.** Os procedimentos referentes ao acabamento e polimento final das Próteses podem ser requeridos mesmo após a instalação dos dispositivos na boca do paciente e devem ser atendidos sempre que solicitado pelo cirurgião-dentista responsável pela moldagem.
- 6.6.** Os prestadores não poderão transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato.
- 6.6.1.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- 6.7.** A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, o estabelecimento cadastrado no CNES conforme descrito no **item 4.11** deste termo e respeitar as orientações da Nota Técnica nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS, ou a que vier substituí-la.
- 6.8.** A contratada deverá atender, nos casos em que couber, a RDC nº 50/2002 e a Resolução SES/MG nº 1.883 de 25 de maio de 2009, ou os que vierem substituí-los. E as normas e especificações técnicas da ABNT pertinentes.
- 6.9.** Os serviços deverão ser prestados nas dependências da contratada sendo responsabilidade da mesma, sem nenhum ônus adicional para o Município, o fornecimento de toda a mão de obra, insumos e equipamentos necessários para confecção das próteses dentárias, objeto da contratação.
- 6.10.** A contratada deverá ser responsável pelo transporte/locomoção dos seus técnicos ou encarregados para a retirada e entrega de moldagens, modelos e peças protéticas durante todo o processo de confecção.
- 6.11.** A contratada, durante a realização dos serviços deverá observar todas as normas legais vigentes de Medicina e Segurança do Trabalho, inclusive o uso por seus empregados dos equipamentos de proteção e segurança individual (EPI).
- 6.12.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.
- 6.13.** Serão contabilizadas como próteses concluídas aquelas que apresentarem perfeita adaptação. Caso contrário, todas as etapas necessárias para confecção de nova peça protética estarão sob a responsabilidade da contratada.
- 6.14.** Diante da impossibilidade de conclusão da prótese por motivos relacionados ao usuário, a mesma será considerada concluída pela contratante, nas seguintes condições: após 3 meses de abandono de tratamento do paciente; se a confecção da prótese estiver, pelo menos, na etapa laboratorial de montagem dos dentes em articulador; e for entregue na unidade solicitante.



- 6.15.** A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja pela execução irregular ou pelo fornecimento inadequado de materiais.
- 6.16.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes da execução do objeto, seja por vício de execução ou por ação ou omissão de seus empregados.
- 6.17.** Quanto ao pessoal, a contratada deverá executar os serviços mediante o trabalho de sua equipe técnica, composta por pessoal especializado e habilitado, em conformidade com o que dispõe a legislação federal pertinente e vigente. Responsabilizar-se pela totalidade do pessoal para execução dos serviços, ficando claro que o Município, por meio da Secretaria de Saúde, não fornecerá pessoal, mesmo que em caráter temporário, para o exercício de atividades objeto do contrato.
- 6.18.** Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, ou comercial, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria de Saúde.
- 6.19.** A contratada deverá se responsabilizar também pelos impostos incidentes sobre os serviços prestados.
- 6.20.** Os profissionais da contratada, quando estiverem nas dependências do SUS, deverão portar crachá de identificação.
- 6.21.** A contratada deverá designar um supervisor constante de seu quadro para servir de elo com a Secretaria de Saúde, sendo referência para demandas administrativas, coordenando os serviços, orientando e ordenando seus funcionários.
- 6.22.** A contratada deverá ter em seu quadro profissional Técnico em Prótese Dentária, devidamente habilitado, inscrito no Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CROMG), cadastrado no CNES com o CBO 3224-10, com carga horária laboratorial no SUS, tendo as atribuições de executar a parte mecânica dos trabalhos odontológicos, tais como: reprodução de modelos; vazamento de moldes; montagem de modelos em articuladores; prensagem de peças protéticas; fundição e inclusão; confecção de moldeiras individuais; confecção, montagem, acabamento e polimento de peças protéticas.
- 6.23.** A contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos atos de seus empregados praticados nas dependências de serviços do Município ou mesmo fora delas, que venham a causar danos a estas ou a seus empregados.
- 6.24.** A contratada deverá zelar pela disciplina de seus empregados, aos quais é vedada a prática de qualquer tipo de jogo, venda de rifas, bilhetes, mercadorias, etc., consumo de bebidas alcoólicas nas dependências dos estabelecimentos de saúde do SUS municipal e permanência nessas dependências fora do horário autorizado.
- 6.25.** À contratada compete retirar as moldagens inicial e funcional na unidade de serviço odontológico do SUS responsável pela moldagem do usuário, nas condições ideais para serem retiradas pela contratada, diariamente, duas vezes ao dia, conforme horário acertado com a gerência da unidade, a partir de solicitação, que poderá ser efetuada por telefone, e-mail ou outro meio disponível.
- 6.26.** Durante todo o processo de produção e fornecimento das próteses, a contratada, fica proibida de prestar quaisquer assistência ao paciente, conforme Resolução do Conselho Federal de Odontologia nº



185/1993, art. 7º, § 2º, inciso I: “é vetado aos técnicos em prótese dentária: prestar sob qualquer forma, assistência direta a clientes”.

6.27. A contratada ficará sujeita à auditoria da Secretaria de Saúde durante a vigência do contrato.

6.28. A contratada deverá apresentar mensalmente ao Município, junto com o documento de cobrança, relatório de execução de serviço com planilha discriminando todos os serviços realizados no mês, seja a confecção da moldeira individual, seja a produção de próteses e eventual correção de próteses inadaptadas, carimbado pela gerência da Unidade de serviço odontológico do SUS.

6.29. Compete à contratada encaminhar mensalmente, via e-mail, à Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, o arquivo da produção laboratorial do SIA-SUS, conforme **item 4.12** deste termo.

6.30. O quantitativo mensal das Próteses Totais concluídas deverá ser apresentado para processamento no Sistema de Informação Ambulatorial do DATASUS para registro e aprovação, conforme cronograma estipulado pela Subsecretaria de Regulação da Secretaria de Saúde da PJF, em observância ao cronograma de envio da Base de Dados ao Ministério da Saúde, para efetivação do pagamento pelo Departamento Orçamentário, Financeiro e Contábil (DOFIC/SSAF/SS), conforme quantidade de próteses aprovada pelo Sistema.

7. GARANTIA DA PRÓTESE

7.1. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do serviço prestado, reservando ao Município o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

7.2. O prestador deverá, obrigatoriamente, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, RECONSTRUIR OU SUBSTITUIR, NO TODO OU EM PARTE, quaisquer próteses dentárias, se nelas ocorrerem defeitos ou incorreções resultantes dos serviços ou dos materiais empregados, dentro de um período de garantia de 06 (seis) meses.

7.3. A Secretaria de Saúde de Juiz de Fora não se responsabilizará por quaisquer defeitos que as próteses dentárias venham a apresentar, durante todas as etapas de sua realização pelo prestador, sendo obrigação do prestador a correção ou indenização por conta da execução do serviço defeituoso. As solicitações para cumprimento desta garantia não gerarão novas Ordens de Serviço, devendo ser redigidas em papel avulso, mencionando o número da Ordem de Serviço correspondente.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, admitida a prorrogação, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas e leis pertinentes.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura (Lei nº 8.666/93, art. 40, inciso XIV, alínea "a") e efetuado pelo Departamento de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil/SSAF da SS, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____
LOCALIDADE: _____

9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida em moeda corrente do país e entregue no setor administrativo do DSB/SSAS/SS.

9.3. Junto com a nota fiscal/fatura em 03 vias, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade com o FGTS e CND da Receita Federal e Trabalhista.

9.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata os **itens 9.2 e 9.3** ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a SS autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

9.5. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

9.6. O pagamento será precedido de Relatório de planilha de execução de serviço assinada e atestada pelo Departamento de Saúde Bucal, conforme quantidade de procedimentos processada e aprovada pelo Sistema SIA/SUS/DATASUS. Somente após esse atesto, a nota fiscal eletrônica/fatura deverá ser emitida.

10. DA RETENÇÃO:

10.1. O valor do ISS a ser retido sobre os serviços é de 5% (cinco por cento) nos termos da Lei nº 10.630/03 e suas alterações, sendo o ISS devido no local do estabelecimento prestador.

10.2. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

11. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

11.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para habilitação técnica:

11.1.1. Alvará Sanitário atualizado.

11.1.2. Declaração formal de disponibilidade de recursos humanos, materiais e equipamentos, necessários ao cumprimento do objeto desta licitação.

11.1.3. Registro ou inscrição do Laboratório de Prótese no respectivo Conselho Regional de Odontologia (CROMG) e apresentação do Certificado de Regularidade Técnica atualizado.

11.1.4. Registro ou inscrição no CROMG do Responsável Técnico (Técnico em Prótese Dentária e/ou Cirurgião-dentista) do Laboratório de Prótese.

11.1.5. Documento que comprove a inscrição ativa do Laboratório de Prótese no CNES.

12. DO VALOR ESTIMADO:

12.1. Especificações na Planilha de Custos Estimados

Descrição	Preço Médio Unitário	Preço Médio Mensal Estimado (50 unidades)	Preço Médio Anual Estimado Total
Prótese Dentária Total Superior (PTS) ou Inferior (PTI).	R\$ 391,75	R\$ 19.587,50	R\$ 235.050,00

12.2. O valor médio anual total estimado dos serviços, de acordo com o orçamento apresentado, é de **RS 235.050,00** (duzentos e trinta e cinco mil e cinquenta reais).

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. A despesa com o objeto em questão correrá à conta das dotações orçamentárias:

Emendas Parlamentares:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000

Nat. Despesa: 33.90.39

Fonte: 1.500.00.9904

Resolução SES/MG 7. 915 de 09 de dezembro de 2021:

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000

Nat. Despesa: 33.90.39

Fonte: 2.621.00.0000

Recurso Ministério da Saúde

Funcional Programática 10.301.0001.0003.2286.0000

Nat. Despesa: 33.90.39

Fonte: 1.600.00.9616

14. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

14.1. O acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do serviço, serão realizados pela Unidade Requisitante ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade.

14.2. A SS atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação do serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação do pagamento à licitante vencedora.

14.4. A prestação definitiva do serviço deste Termo de Referência somente se efetivará com a atestação no item anterior.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Pessoas jurídicas, contratadas pelo Município, seja por qualquer forma de ajuste, estarão sujeitas, garantida a prévia defesa, a receber, em cada caso, as sanções previstas nos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e modificações feitas na Lei nº 8.883/94, combinado ao disposto no parágrafo segundo do artigo 7º da Portaria nº 1.286/93 do Ministério da Saúde a:

15.1.1. Advertência escrita;

15.1.2. Multa de 2% até 5% do valor anual do contrato;



- 15.1.3. Multa dia de até 1/60 do valor mensal do contrato;
- 15.1.4. Suspensão temporária de solicitação aos procedimentos contratados;
- 15.1.5. Suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal;
- 15.1.6. Declaração de inidoneidade.

15.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula, após regular processo de apuração, dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria assistencial ou inspeção, e dela será notificada o Prestador de Serviço.

15.3. As sanções previstas no item 15.1 poderão ser aplicadas cumulativamente na forma do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93.

15.4. O valor da multa ou multa dia será descontado dos pagamentos devidos pelo Município ao Prestador de Serviço que poderá interpor recurso administrativo, dirigido à Secretaria de Saúde.

15.5. Será determinada a suspensão temporária dos encaminhamentos das moldagens de próteses até que a contratada corrija a omissão ou a irregularidade específica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

15.6. A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula, não ilidirá o direito do Município exigir o ressarcimento integral dos prejuízos das perdas e danos, que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários, e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal, civil e ética do autor do fato.

15.7. Nos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios, a Secretaria de Saúde, através de seu órgão técnico, levantará o valor pecuniário pago a maior ou indevidamente, emitindo documento hábil que possibilitará o ressarcimento da quantia apurada, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16. DA RESCISÃO:

16.1. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, poderá ser rescindido o contrato na forma estabelecida no art. 79 do mesmo diploma legal.